

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD

Através do presente instrumento, aqui denominado como **TITULAR**, autorizo que a pessoa jurídica **WOMEN FRIENDLY CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA**, aqui denominada como **CONTROLADORA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 32245084/0001-10, em razão do acesso à plataforma de denúncia de casos de assédio (Whatsapp), disponha dos meus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, de acordo com os artigos 7 e 11 da Lei nº 13.709/2018, para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral; quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; para a contratação de serviços relacionados à **CONTROLADORA**; para permitir que a **CONTROLADORA** utilize esses dados para a contratação e prestação de serviços diversos dos inicialmente ajustados, desde que o **TITULAR** também demonstre interesse em contratar novos serviços. O **TITULAR** fica ciente de que a **CONTROLADORA** poderá permanecer utilizando os dados para tais finalidades. A **CONTROLADORA** fica autorizada a compartilhar os dados pessoais do **TITULAR** com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste instrumento, desde que sejam respeitados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas. À **CONTROLADORA** é permitido manter e utilizar os dados pessoais do **TITULAR** durante todo o período necessário para as finalidades relacionadas à denúncia e após o término da apuração para cumprimento de obrigação legal ou impostas por órgãos de fiscalização, nos termos do artigo 16 da Lei nº 13.709/2018. As partes estabelecem que em caso de vazamento de dados ou acessos não autorizados, a **CONTROLADORA**, se tiver agido com dolo ou desídia, responderá nos limites de sua responsabilidade e nos termos da Lei 13.709/18 sendo que, em caso de perdas e danos que justifiquem qualquer indenização ao **TITULAR**, as partes farão acordo diretamente ou através de mediação para solução da questão. Os casos omissos neste instrumento seguirão o disposto na lei 13.709/2018 e demais legislação aplicável.